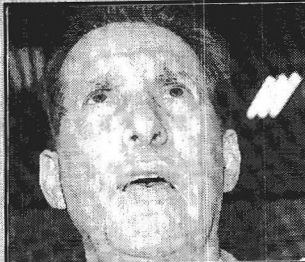


POLÍTICA

Norma Albano/AE-16/09/94



Quércia: ação civil.

Nesta página: FHC anuncia que reduzirá 25% de seu próprio salário e que vetará o aumento do mínimo e aprovará a anistia a Lucena. Equipe econômica convence presidente a não manter o abono de 15% até abril, como pretendia. **Página 4:** pesquisa revela que 60% do Congresso apóia as reformas do governo, margem apertada para a aprovação de emendas. **Página 5:** líderes do Congresso planejam reduzir o poder do presidente de editar Medidas Provisórias. Juiz abre ação contra Quércia, mas não atende ao pedido de bloqueio de bens do ex-governador.



FHC: sanção à anistia a Lucena.

FHC abre mão de 25% do salário

PRESIDENTE APELA PARA QUE O CONGRESSO REVISE O DECRETO PARLAMENTAR QUE REAJUSTOU OS SALÁRIOS DE DEPUTADOS E SENADORES

O presidente Fernando Henrique Cardoso ocupou ontem a rede nacional de rádio e TV para anunciar, entre outras decisões, que vai abrir mão, com o vice-presidente e os ministros, de 25% do novo salário de R\$ 8.500, aprovado pelo Congresso, enquanto não for possível o aumento do mínimo para R\$ 100. Segundo o presidente, o reajuste do mínimo depende da aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso. O ministro da Administração, Bresser Pereira, disse que o governo aceitará o valor de R\$ 100 para o mínimo, caso as reformas sejam aprovadas, mesmo que o reajuste ainda esteja vinculado aos benefícios dos 11 milhões de aposentados e pensionistas (leia nesta página).

No pronunciamento, Fernando Henrique incentivou empresários que se declararam dispostos a pagar um mínimo de R\$ 100 a fazê-lo "o quanto antes". Segundo ele, o governo vê esta disposição "com bons olhos", desde que

não repassem o custo para os preços. O presidente declarou, contudo, que a pressão para que o governo conceda o aumento antes da aprovação de reformas na Previdência "é demagogia". Fernando Henrique disse que o setor convive com "um rombo de mais de R\$ 5 bilhões" pelo fato de o Congresso ter aumentado o mínimo e os benefícios sem definir de onde seriam tirados os recursos. A extensão, até abril, do abono de R\$ 15 para o mínimo não foi mencionada pelo presidente.

O presidente justificou o aumento concedido ao seu salário, ao do vice e aos dos ministros como sendo da responsabilidade do Congresso, que também legislou em causa própria, e lembrou que chegou a pedir "moderação" aos parlamentares. "O presidente não tem poder de veto neste caso", afirmou. Em seguida, Fernando Henrique anunciou que enquanto

não for possível aprovar o mínimo de R\$ 100, ele, o vice e os ministros vão abrir mão de receber a gratificação por função, que corresponde a 25% dos salários.

No caso dos ministros e do vice isto significa abrir mão de R\$ 2 mil, ou quase 30 salários-mínimos. Já para o presidente, cujo salário é de R\$ 8.500, o valor corresponde a R\$ 2.125,00. O presidente disse que este é um "empenho moral" do governo, mas não explicou de que forma a decisão será implementada. Uma das hipóteses que foram cogitadas ontem é a da destinação destes valores para a campanha contra a fome.

Fernando Henrique fez um apelo aos parlamentares para que revisem o decreto parlamentar

que reajustou os seus próprios salários pelo menos na parte que aumenta para 15 o número de parcelas anuais. Fernando Henrique dirigiu-se também ao Congresso para pedir apoio às reformas na Constituição, prometendo que seguirá os passos do Plano Real ao enviar as emendas, no dia 16: "dialogando, sem surpresas e respeitando os direitos do cidadão, do funcionário e do aposentado".

O presidente invocou a conveniência de evitar uma crise entre os três poderes ao justificar sua intenção de sancionar a anistia aos 15 parlamentares que usaram a Gráfica do Senado para imprimir propaganda eleitoral, entre eles o ex-presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB).

"Quando os poderes da República brigam, quem acaba perdendo é o Brasil", afirmou.

Segundo Fernando Henrique, o Plano Real continua sob controle, com inflação em baixa e sem sinais de instabilidade. Ele classificou os pessimistas de pregadores da "fracassomania". "Mas já, já terão de mudar o disco", disse Fernando Henrique (leia abaixo a íntegra do pronunciamento).



Dida Sempato/AE

Pronunciamento de Fernando Henrique é acompanhado no Conjunto Nacional, em Brasília.

Presidente disse que anistia a Lucena evita crise entre os Três Poderes